



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 5 DE JUNHO DE 2008.

61

159

220 bandas

Publicação conferida no DCL 15/12 27/106/08
Servidor deleto Matrícula: 1173737



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Eurides Brito a secretariar os trabalhos da Mesa.

Faço um apelo a todos os Parlamentares que se encontram nas dependências desta Casa que, por gentileza, se dirijam ao plenário, pois temos compromissos importantes a serem cumpridos hoje. Várias pessoas já se encontram na galeria pleiteando a aprovação de projetos na tarde de hoje.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 109, de 24/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 48ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 46ª Sessão Ordinária.

Há um comunicado à Mesa Diretora justificando a ausência do Deputado Milton Barbosa. S. Exa. não se fará presente nesta sessão ordinária devido ao seu comparecimento a uma audiência na Vara Cível previamente agendado.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicado de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o que me traz a esta tribuna, nesta tarde, é fazer um alerta à sociedade do Distrito Federal sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, mais conhecido como PDOT. Aproximadamente 93% do território do Distrito Federal pertencem à Área de Preservação Ambiental do Planalto Central. A APA do Planalto Central é reconhecida, por decreto, pelo Presidente da República. Portanto, ela deve observar a legislação ambiental no uso e ocupação do solo, especialmente a Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Conforme o PDOT encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, diversas áreas compreendidas em unidades de conservação foram absurda e abruptamente destinadas a zonas urbanas, sem a realização do devido estudo ambiental.

O PDOT que está tramitando transforma áreas rurais em áreas urbanas, valorizando as áreas urbanas exponencialmente, sem se preocupar com a qualidade de vida da população. Cria zonas residenciais e comerciais urbanas em lugares onde existem nascentes, lugares em que o dano ambiental pode ser irreversível.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	3

Toda cidade deve ter uma expansão urbana planejada. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial é necessário para que a expansão urbana de uma cidade seja planejada. Mas não precisa ser da forma como está ocorrendo. Isso causará a alguns empresários – e é preciso que isso seja dito de forma clara – lucros estratosféricos, com danos aos contribuintes do Distrito Federal.

As Áreas de Preservação de Mananciais – APMs – serão extintas com esse projeto. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial deve visar à qualidade de vida da população do Distrito Federal e não a interesses comerciais da especulação imobiliária da cidade.

O PDOT não pode ser palco para negócios, ele deve zelar pela qualidade de vida da população.

No bairro do Catetinho, por exemplo, serão colocadas trinta mil pessoas. Qualquer pessoa que reside hoje no Gama, em Santa Maria, em Santo Antônio do Descoberto e no *Park Way* enfrenta quase um caos para chegar de manhã ao Plano Piloto. Leva-se quase uma hora para sair dessas regiões e chegar ao centro de Brasília. Simplesmente vão colocar mais trinta mil pessoas para morar em um lugar em que até o trânsito já não comporta mais. Serão, pelo menos, mais vinte mil carros que entrarão em Brasília por um lugar que hoje já é engarrafado. Isso não está sendo discutido.

A criação das APMs nas áreas delimitadas do antigo PDOT deveria servir de base para este projeto que está aqui. Quero ressaltar que acredito na boa intenção do Governador. Por isso, faço um apelo para que S.Exa. retire esse projeto de tramitação e envie outro Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Acredito na boa intenção do Governador, repito, apesar de não ser um Deputado da base do Governo. Muitas das ações do Governo recebem o meu apoio: a retirada de ambulantes da rua, a repressão de invasões de área pública, a redução de cargos comissionados e de secretarias de Estado. Sei reconhecer quando o Governo faz algo em prol da sociedade. Essa é minha responsabilidade. Agora, esse Plano Diretor de Ordenamento Territorial será base para todo tipo de negócio. E a qualidade de vida da população é que se lixe! Todo mundo vai querer ganhar dinheiro e, depois, vamos levar cinquenta anos para corrigir e tentar garantir um mínimo de qualidade de vida na Capital da República.

O Catetinho prejudicará o trânsito, ferirá nascente, provocará dano ambiental irreversível. Diz-se que o Noroeste atenderá a classe média. Atender a classe média com o preço do metro quadrado de oito mil reais? Que classe média é essa, Srs. Deputados? Além disso, como é que o Noroeste será construído se a infraestrutura de Águas Claras ainda não foi concluída? Águas Claras possui uma população que enfrenta problemas de trânsito, buracos nas ruas. O Governo não acabou nem a infraestrutura de Águas Claras e já quer construir o Noroeste! E o impacto que isso causará no trânsito, ninguém menciona?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	4

Temos que ter responsabilidade com o futuro desta cidade. Peço, portanto, que o Sr. Governador retire esse projeto de tramitação. Reconheço nele várias ações positivas para o futuro de Brasília, mas espero que S.Exa. tenha a sensibilidade de retirá-lo, como também espero que esta Casa, na hora de discutir um Plano Diretor de Ordenamento Territorial, pense na qualidade de vida do futuro desta cidade e não em interesses comerciais da especulação imobiliária do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a sensibilidade de V.Exa., mas já lhe disse que o que fazemos hoje, nós sabemos; mas o que vamos fazer em 2010, só a população e Deus vão dizer!

Agora, o PT é sempre o melhor candidato a Governador do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, Srs. Deputados Erika Kokay, Reguffe, Luzia de Paula, Rogério Ulysses, Milton Barbosa e Eurides Brito, Sras. assessoras, Srs. assessores, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores na galeria do plenário, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente!

O meio ambiente vem passando por transformações, sob a ótica de sua proteção jurídica, desde quando pertencia efetivamente à coroa, como bem jurídico individual, até seu reconhecimento, ainda no início do século, como bem jurídico difuso, transindividual, pertencente a todos e a ninguém especialmente! Dessa maneira, devemos um meio ambiente saudável às gerações que ainda estão por vir.

Se é direito de todos, é dever de todos nós preservá-lo. Não apenas do ponto de vista poético, lúdico, mas, principalmente, no plano econômico: que prejuízos sofreremos quando a deterioração da água traz as viroses, quando praticamente o processo de extinção do cerrado nos deixa "à deriva", quando as modificações climáticas trazem doenças as mais diversas, como as respiratórias e as cardiovasculares?

O Distrito Federal tem sido vítima, nos últimos anos, de tal maneira que é quase impossível dimensionar o prejuízo causado à sociedade. Alguns, irrecuperáveis! Absolutamente irrecuperáveis! A privatização da água e a iminência de ficarmos sem ela, sabendo que hoje só perdemos para o Distrito Federal, em pouco manancial, em pouco potencial, Pernambuco e Alagoas, com os problemas próprios que têm. Já dá para imaginar o grau, a dimensão dos prejuízos causados ao meio ambiente no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	5

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não temos, neste dia, o que comemorar! Temos, sim, um governo que, ao criar o Brasília Ambiental e ao lotar ali pessoa de altíssima competência, que é o Dr. Gustavo Souto Maior, Consultor Legislativo desta Casa, aliás, mereceu de nós da bancada – eu Líder à época – todo um labor no sentido da construção coletiva de um projeto. Mas hoje o que vemos é a grande maioria dos 71 parques absolutamente abandonada.

Coincidindo com o aniversário de Taguatinga, eu lá estive em um debate e disse: do Taguá Parque só há a cerca. O Parque do Cortado e a Boca da Mata: absolutamente abandonados. É esse o presente que o GDF quer dar ao povo do Distrito Federal e à "cidade-mãe" Taguatinga?

O que se vê do Brasília Ambiental até agora é o gasto de custeio, é o gasto com pessoal. Não se vêem gastos com parques. Não se vêem gastos com a preservação do meio ambiente. E o Governo do Distrito Federal vai um pouco mais adiante quando, lamentavelmente, propõe – já de maneira atrasada e em versões diferenciadas, de modo que não pudéssemos ter o controle nem a fiscalização e o conhecimento necessários – um projeto de revisão legal do PDOT!

Não é um projeto de melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal! É um instrumento de espaço à especulação imobiliária! É, lamentavelmente, a troca dos mananciais – vida! – pelo cimento, pelo ganho, com o empreendimento imobiliário que, na prática, Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, Srs. Deputados, Deputada Eurides Brito, quer significar verdadeiramente prejuízo para gerações que ainda estão por vir.

E isso, ao contrário do que dizia o Governo no início deste seu mandato, com a coibição da Invasão de terras públicas em promessa, com a regularização fundiária em discurso, ao contrário do que dizia, pode deixar o meio ambiente pior!

Eu quero fazer uma denúncia! Eu noto, Sr. Presidente, Deputado Wilson Lima, e é preciso que fique registrado, Deputado Rogério Ulysses, que é da base do Governo, um homem preocupado não apenas com sua cidade, São Sebastião, noto que há um embate interno entre aqueles que cuidam ou querem cuidar efetivamente do meio ambiente e os que capitaneiam a especulação imobiliária, representados, por incrível que pareça, pela – é de ironia a nomenclatura! – Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O que nós vemos no PDOT é uma carta de compromisso com especuladores imobiliários, que desta cidade só tiram, que a esta cidade não dão, como o setor produtivo!

Sinceramente, Sr. Presidente, esta Casa legislativa precisa tomar uma providência! Nós do PT representamos ao Ministério Público, fomos a uma audiência com a Sra. Procuradora-Geral Marla Donati e postulamos que se retirasse o PDOT para que possamos debater com a sociedade no plano do Executivo! Porque o erro original jamais será suprido pelo debate da Casa legislativa!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	6

Debate-se hoje um PLC que, no futuro, pode transmudar-se – e nós estamos atentos! – em um substitutivo que se tem chamado “titanic”, “porta-aviões”, e que é de responsabilidade de um sem-número de especuladores imobiliários reconhecidos no Brasil Intelro. Que, repito, ao contrário do nosso setor produtivo, daqui só tiram! Aqui não deixam nada!

O PT, Sr. Presidente, reagirá a essa ação na forma dos seus princípios. Essa é a contribuição que o Partido dos Trabalhadores tem procurado dar e vai dar no Dia do Meio Ambiente. Além disso, para que nossas crianças, nossos jovens, nossos adolescentes conscientizem-se desde já para o fato de que, quando o Dia do Meio Ambiente for todo dia, nós teremos, sem dúvida alguma, uma cidade equilibrada, teremos qualidade de vida, poderemos morar como desejamos e produzir sem precisar destruir a mãe natureza.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezada comunidade do Distrito Federal, que sempre nos honra com sua presença, assessores, em primeiro lugar, eu quero me dirigir aos trabalhadores do ramo atacadista, aos profissionais dessa área, que têm vindo a esta Casa com o objetivo de agilizar a votação de um projeto vital para o ramo no Distrito Federal. Se não incluirmos esse projeto em pauta e não o apreciarmos, poderemos trazer prejuízo para o Distrito Federal. Veremos as pessoas que estão estabelecidas e as que prefeririam estar estabelecidas em Brasília irem a busca de Incentivos nas cidades vizinhas de Golás por causa dos impostos exorbitantes de nossa cidade.

No que depender do nosso bloco, trabalharemos para ver se colocamos em pauta o projeto de Interesse dos atacadistas ainda nesta tarde. Essa é uma obrigação da Câmara Legislativa. Isso influi diretamente na arrecadação do Distrito Federal e na vida do cidadão de nossa cidade, pois, com a queda da arrecadação, há também uma queda no atendimento à população.

Eu também gostaria de dizer, principalmente ao público presente e àqueles que vêm aqui pela primeira vez, que a Câmara Legislativa é composta de pessoas sérias e comprometidas com o desenvolvimento do Distrito Federal. Neste momento, estamos envolvidos intensamente com a comunidade na discussão do PDOT – Plano de Desenvolvimento Territorial e Urbano. Estamos tratando os assuntos com toda a seriedade. Percebemos estatísticas e coisas que alguns pensam que podem ser jogadas aqui como um filme negro. Assim, parece que o assunto está sendo trabalhado por pessoas irresponsáveis, mas ele está sendo trabalhado por responsáveis. Sou a Relatora da Comissão de Constituição e Justiça. Durante esse período, estamos participando de todas as reuniões com a comunidade,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	7

diferentemente de muitos que discursam e não aparecem nas reuniões das Comissões. Estamos participando de todas as reuniões. Tenho contato direto com ambientalistas, com pessoas do desenvolvimento. O que se antevê no Plano de Desenvolvimento Territorial e Urbano não é esse quadro negro que aqui é pintado. Se fôssemos colocar esses discursos à luz de uma discussão séria, tais afirmações mereceriam zero nesse exame, pois não correspondem à realidade. Nem o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, homem responsável e comprometido com esta cidade, mandaria alguma coisa que comprometesse a vida do Distrito Federal. Mesmo assim, não temos o compromisso de aprovar *ipsis litteris* o projeto que veio do Governo do Distrito Federal. Como Parlamentares, temos de dar a nossa contribuição.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Deputada Eurides Brito, neste momento, quero dizer aos trabalhadores e empresários atacadistas que o Bloco Independente, composto pelo nosso Líder, Deputado Rogério Ulysses, pelo Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto, e pelos Deputados Berinaldo Pontes e Pedro do Ovo, está ao lado desse segmento nessa votação. Se possível, gostaríamos de apreciar esse projeto em primeiro e segundo turnos. É um segmento que vem perdendo muito no Distrito Federal nos últimos tempos. Somos sabedores de que muitas empresas estão indo embora por falta de uma lei que venha regulamentar suas ações.

Muito obrigada, Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula. Seu discurso vem corroborar aquilo que dissemos a respeito dos atacadistas. Além do Bloco composto pelo PMDB, também temos a adesão do Bloco Independente. Não vemos razão para que o projeto não seja apreciado hoje, a não ser que estejamos interessados em ver as divisas e impostos que podemos recolher serem canalizados para outros estados, porque é certo que o empresário vai a busca de um lugar onde ele possa se estabelecer e sobreviver. Então, é nosso dever colocar em votação.

Concluindo a questão do PDOT, posso assegurar que desta Casa não sairá nada que prejudique a população do Distrito Federal. Por outro lado, isso não significa que cairemos nos braços dos deslumbrados que não estão estudando devidamente o projeto, não estão preparando emendas que venham a sanar um ou outro equívoco. No global, o Distrito Federal precisa de Plano Diretor.

Com certeza, nós relatores, os que trabalham sério neste plenário e os que acompanham as reuniões, já fizemos mais de uma dezena de reuniões com a comunidade em todo o Distrito Federal. Ontem tivemos no Gama uma reunião com quase mil pessoas. Amanhã na parte da manhã teremos uma reunião só sobre a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	8

questão ambiental em Taguatinga. É uma boa oportunidade para que alguns que não estão tão inteirados do que está acontecendo possam participar dessa reunião. Caso contrário, parecerá que nós relatores somos irresponsáveis e entregaremos à comunidade algo que matará a população a curto, médio e longo prazos. E não é esse o nosso compromisso com a população do Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (Bloco Democratas-Progressistas. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, empresários e comerciantes de Brasília, segmento do qual me orgulho de fazer parte, boa-tarde.

Antes de ter assumido na Câmara Legislativa do Distrito Federal, minha vida sempre foi comercial e empresarial; portanto, sei exatamente a dificuldade que todos vocês têm passado. Estou muito tranquilo porque, conforme foi destacado pela Deputada Eurides Brito, o Governo está muito empenhado em resolver o mais rápido possível todo esse problema. Temos ciência de que nenhuma empresa deverá abandonar o Distrito Federal; muito pelo contrário, temos de fazer melhor do que os Estados estão fazendo no Entorno para atrairmos novas empresas para o Distrito Federal. Tenham o meu apoio integral nessa empreitada de vocês.

Deputado Chico Leite, prestei atenção ao discurso de V.Exa., que, como sempre, foi um discurso muito bem feito e muito transparente. Agradou-me muito a forma como V.Exa. se pronunciou.

Coincidentemente hoje tivemos um almoço com o Governador, do qual participei, e S.Exa. me falou que já está agendada, a pedido da Bancada do Partido dos Trabalhadores, uma reunião dessa bancada com S.Exa. para que se esclareça e se discuta o PDOT. Se foi convite do Governador ou do PT, para mim, não faz diferença. O que faz diferença é que já existe essa reunião agendada. Portanto, os Deputados do PT acompanharão, passo a passo, o projeto do PDOT.

Parabenizo o Governador Arruda exatamente pela liberdade e pela forma aberta e transparente como S.Exa. está conduzindo essa questão.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, só para deixar claro, eu e o Deputado Paulo Tadeu conversamos ontem com o Governador Arruda. Foi uma conversa institucional – depois começam a sair boatos. Fechamos que, na segunda-feira, haverá um almoço com a Oposição ao Governo, uma reunião institucional para discutir o PDOT, porque o PDOT, como todos os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	9

Parlamentares desta Casa sabem, tem uma série de problemas, uma série de questões que têm de ficar claras para a sociedade.

As discussões, as audiências públicas que estão sendo realizadas pela Câmara Legislativa do Distrito Federal não sanam o vício de iniciativa do projeto do Executivo, que é quem tinha de ter feito as audiências públicas. Temos de parar com isso – e falo com muita tranquilidade aqui – de o Executivo mandar projeto para o Legislativo, e esta Casa assumir a responsabilidade de fazer a audiência pública, sendo que o Executivo é que a deveria ter feito.

O projeto do PDOT não veio acompanhado de todos os estudos técnicos. Isso também tem de ficar claro para a sociedade. Todos nós sabíamos que já existia um substitutivo, que foi apresentado depois que a mídia o noticiou. A Deputada Eurides Brito tem razão: isso não é responsabilidade dos relatores, não é de V.Exa. nem de outros Deputados, sejam da CCJ, da CEOF, da CAF, da CDESCTMAT. Isso tem de ficar muito bem claro. Foi um projeto encaminhado pelo Executivo. O Governador, há vários dias, nomeou dez técnicos, inclusive do IBRAM, que detectaram uma série de irregularidades. A Bancada do Partido dos Trabalhadores, muito confortavelmente, na segunda-feira, apresentará ao Chefe do Executivo todos esses questionamentos e problemas.

É uma decisão da Bancada do PT não participar das audiências públicas nas cidades-satélites. Preferimos procurar o Ministério Público, a Justiça, porque não concordamos com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial na forma como está colocado. Em função disso, é claro, o Governador nos chamou para uma reunião, e, na segunda-feira, vamos discutir. Isso é democracia.

No momento oportuno, quando estivermos no plenário para analisar, debater e apreciar, vamos colocar todos os nossos posicionamentos. O que o PT não vai fazer é participar de audiências públicas que deveriam ter sido realizadas pelo Poder Executivo para referendar algo que já tem vício de iniciativa, cometido pelo mesmo Poder, em função de que a Lei Orgânica estabelece isso de forma muito tranquila, legítima e transparente, Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Agradeço o aparte válido do Deputado Cabo Patrício, mas continuo no meu posicionamento de que é altamente democrático o convite que o Governador fez à Bancada do PT, e é muito bom para esta Casa que haja esses diálogos sempre que houver alguma dúvida.

Assim como já houve a conversa sobre o assunto, acho que o direito é total e integral, mas continuo afirmando que fico feliz de ver o Governo postar-se democraticamente e escutar todos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte, Deputado Raad Massouh?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Com certeza, ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	10

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero agradecer as palavras generosas de V.Exa. e dizer que é sempre salutar que façamos debates. Eu me lembro – e tenho muitas saudades daqueles debates, Deputada Eurides Brito – de que nós os fazíamos nesta Casa, no plano das idéias, naqueles Idos de 2003. Esta Casa cresce com os debates. Ninguém é proprietário da verdade. Não acredito em mágicos ou heróis; salvador só há um, e está lá em cima. Eu acredito é no debate!

Mas preciso dizer a V.Exa., Deputado Raad Massouh, se me permite, que o Governo comete, na nossa modestíssima avaliação, dois equívocos. Só agora eu soube do convite e o atenderei por certo, porque, pela cidade, precisamos conversar todos! Sejamos da base do Governo, sejamos da Oposição, precisamos conversar pela cidade – o que não quer dizer que precisemos concordar, como recentemente pude dizer: como se suspende concurso por 120 dias, mas gasta-se e fazem-se os convênios que se fizeram no Diário Oficial de 26 de dezembro para escapar à fiscalização, como fez o Brasília-Tur.

Pois bem, acho que o Governo comete dois equívocos – permita-me dizer, Deputado Raad Massouh, com todo o respeito, o que pude dizer ao Ministério Público, questionar no debate de bancada com alguns colegas, em algumas palestras: o primeiro equívoco é o fato de que, em Direito, se diz que um erro original jamais poderá ser sanado futuramente. É por isso que a sanção de uma lei que começa com erro de iniciativa não convalida o erro original. O Supremo Tribunal Federal já disse isso, tem essa posição, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal também. Então, o debate tinha de ser sobre o exato plano, com esse escopo, feito no Poder Executivo, não naquele volume de idas e vindas, de maneira que todos nós, Parlamentares, temos aqui e ali alguma dificuldade para saber qual é exatamente o Plano Diretor. Até desconfio de que sabem mais dele os especuladores imobiliários do que o setor de produção que está no plenário, nós e a população que vai sofrer com o avanço sobre os mananciais e a criação de áreas habitacionais sem as compensações devidas de Infra-estrutura e ambiente. Deputado Raad Massouh, agradeço a paciência e a grandeza de V.Exa., com debates sempre lúcidos, prósperos e sinceros.

O segundo equívoco é que aquele que quer um debate transparente de crescimento convida antes, não depois. Minha Impressão é de que, quando ainda estava no Executivo – nós estamos aqui abertos –, deveria ter ocorrido esse debate, como fizemos com os prefeitos comunitários, com inúmeros setores de ambientalistas, de empresários, de administradores.

Nessa conversa que o Líder Deputado Cabo Patrício, em entendimento com o Vice-Presidente Paulo Tadeu, certamente comunicará à Bancada – e nós cumprimos porque estamos dispostos ao debate e porque o PT atua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	11

conjuntamente –, estimo muito que o Governador diga: “Deputados, vou retirar o PDOT para iniciar uma discussão no Executivo com o povo do Distrito Federal.”

DEPUTADO REGUFFE – Permita-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, não sou Deputado da Bancada do Partido dos Trabalhadores – allás, sou oposição ao Governo Lula, até porque acho que política social não pode ser apenas dar bolsa família às pessoas; deve ser, principalmente, investir em educação pública de qualidade –, mas eu gostaria de dizer que sou um crítico do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, conforme falei nesta tribuna hoje.

Eu quero repetir aqui, Deputado Raad Massouh, que espero que V.Exa. leve ao Governador que o PDOT tem que visar à qualidade de vida do futuro do Distrito Federal, e não ao interesse da especulação imobiliária do Distrito Federal. Penso que o Governador pode estar sendo enganado nessa situação. São muito graves as conseqüências desse PDOT.

Então, quero fazer esse apelo a V.Exa., até porque nossa responsabilidade na Câmara Legislativa é zelar pelo futuro desta cidade, e o futuro desta cidade estará comprometido com esse plano diretor que está aí para ser votado.

Portanto, quero fazer este apelo: que o Governador retire esse projeto de tramitação, porque este tem de ser algo que pense em todos os setores, inclusive no trânsito, nos danos ambientais que vai causar, e não, simplesmente, um projeto para atender determinadas empresas do Distrito Federal.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Agradeço o aparte do Deputado Reguffe e aproveito para convidá-lo a participar de nossas reuniões. Como vivemos em um país altamente democrático, seria importante que V.Exa. estivesse presente, fazendo pessoalmente suas colocações e pedidos ao nosso Governador.

Na última sessão, levantamos um problema sobre as emendas, e o Deputado Paulo Roriz solicitou que cada Deputado apresentasse suas emendas. Portanto, estou acatando a solicitação de S.Exa. Já entreguei ao Gabinete de cada Deputado e vou entregar também à imprensa minha única emenda, que é para uma igreja que tem um alvará de cinco anos e tem toda a documentação legalizada.

Quero dar o exemplo, pois sou o primeiro a abrir as emendas para que sejam conferidas. Assim como estou sendo o primeiro a mostrar minha emenda, eu gostaria que todos os Deputados que fizeram emendas parlamentares para o projeto também seguissem a mesma linha ética e as apresentasse. Cada um dos senhores recebeu uma cópia da emenda que encaminharei à imprensa.

O pedido está aberto. Penso que todos deveriam seguir o mesmo caminho, ter a mesma ética e abrir o jogo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	12

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me irmanar ao Deputado Raad Massouh no sentido de requerer que realmente se possa declinar dessas emendas que foram apresentadas ao projeto, já que o Governo disse que as emendas, em sua maioria, continham irregularidades. Concordo com o Deputado Raad Massouh. Penso que todos aqueles que apresentaram as emendas deveriam declinar delas.

Agora, Deputado Raad Massouh, permite-me o seguinte: será que não vai acontecer com o PDOT o que aconteceu com o PL das igrejas? Já fomos advertidos uma vez.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é a respeito dos projetos das igrejas. Sou o único Deputado que votou contrariamente ao projeto de regularização das Igrejas por considerar absurda a legalização de áreas públicas invadidas, mesmo que sejam para igrejas. Sou católico praticante; vou à missa todos os domingos, mas considero um absurdo que se legalizem invasões de áreas públicas, mesmo que seja para igrejas. Não é para isso que estamos aqui. Em relação às emendas, espero que a apresentação delas, mesmo as do Governo, seja feita da maneira mais transparente possível. Os Deputados têm de conhecer os projetos e as emendas com antecedência para que não os votemos em cima da hora, sem conhecermos direito o que estamos votando. Falo com muita tranquilidade, até porque fui contrário ao projeto e vou continuar adotando a mesma posição. Mas acredito que os Deputados têm de ter conhecimento do que vão votar com antecedência. É o apelo que faço a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quando nos informaram sobre o estudo da TERRACAP, solicitamos que esse estudo fosse encaminhado a todos os Parlamentares. Precisamos, Sr. Presidente, conhecer a avaliação que a TERRACAP fez.

Lembro-me de que, ontem, foi lida a mensagem do Governo que retirou o projeto de pauta. Portanto, o projeto foi retirado por mensagem do Executivo lida ontem aqui. O projeto começa a tramitar novamente. É um novo projeto, porque o anterior estava em segundo turno. O segundo turno foi anulado. O projeto foi retirado e o trâmite regimental impõe que ele volte às Comissões.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	13

Acredito, Sr. Presidente, que antes de apreciarmos o projeto, seguindo o trâmite regimental estabelecido, nós deveríamos conhecer o estudo da TERRACAP.

Houve um compromisso da Presidência, na sessão de terça-feira, e também do Líder do Governo e do Deputado Paulo Roriz, Presidente da CEOF, de que teríamos, todos os Deputados e todas as Deputadas, acesso ao estudo da TERRACAP. Portanto, venho aqui para requerer mais uma vez a V.Exa., à Mesa Diretora, por meio de V.Exa., que tenhamos acesso ao estudo para que possamos balizar todo o procedimento.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que nós sempre alertamos sobre a necessidade de seguir o que está previsto nas leis desta cidade e deste País. Deveriam ter sido feitos os estudos antes da apreciação do Legislativo.

Digo eu, Sr. Presidente, que o mesmo erro cometido no projeto das igrejas está sendo cometido no PDOT. Caberia a esta Casa, se tão submissa não fosse aos ditames e aos ventos emanados do Executivo, devolver o projeto, o PDOT, ao Executivo.

O trâmite legal é a conquista da sociedade brasileira por meio do Estatuto da Cidade e da nossa Lei Orgânica - tão democrática quanto a nossa Constituição.

O Executivo recebe o PDOT de volta e, a partir daí, encaminha todos os documentos e todo o procedimento estabelecido em lei para que, só assim, possamos apreciar aqui nesta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, encerro dizendo que, no PDOT, incorremos no mesmo erro que tivemos com o projeto das igrejas.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o serviço da TERRACAP no que diz respeito à questão das igrejas. Cada um dos terrenos foi fotografado, o que possibilitará que cada um saiba diferenciar o que já está construído do que é ficção. As informações estão à disposição de todos os Deputados da Casa no setor do Dr. Anselmo para que possam ter acesso às documentações.

Não deixaremos o justo pagar pelo pecador.

Agora, eu sou a favor da regularização, sim. Nós não podemos esquecer que esta Casa emitiu “n” leis, que depois foram consideradas inconstitucionais. Boa parte desses templos foi construída sob a égide de leis distritais, que depois foram declaradas inconstitucionais. Que culpa tem a igreja disso? Culpa tem esta Casa, que no passado fazia e continua fazendo leis inconstitucionais.

Aproveito para pedir o testemunho do Deputado Chico Leite, que ontem estava presente na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Nossa pauta tinha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	14

quarenta e três processos. Desses processos que estavam em pauta, sessenta e três por cento continuam parecer de Inadmissibilidade e foram retirados pelos autores. Por que retirados pelo autor? Para depois, naqueles dias, passar em Plenário, sem ter o julgamento das comissões. E sobre quem recairá a culpa da inconstitucionalidade dos projetos? Sobre os membros da Comissão de Constituição e Justiça. E nós não vamos aceitar essa pecha.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência responde à Deputada Erika Kokay o questionamento sobre a retirada do projeto do Executivo. Digo a V.Exa. que ainda hoje, nesta tarde, provavelmente, será apreciada a retirada ou não do projeto do Executivo, porque este já foi apreciado em primeiro turno. Portanto, regimentalmente, teria que passar pela aprovação do Plenário.

Quanto à vinda de outro projeto, já houve consenso entre o Governo e a TERRACAP para que seja enviado a esta Casa um projeto bem mais enxuto. V.Exa. tomará conhecimento disso.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para retomar o tema da Deputada Eurides Brito. Levantamos o assunto na Comissão de Constituição e Justiça e o estendo até a Comissão de Assuntos Sociais, da qual V.Exa. é Vice-Presidente e eu Presidente. Há supressão das instâncias nesta Casa. As comissões estão sendo suprimidas pelo "cafezinho" e pelo Plenário. O caminho é do "cafezinho" ao plenário.

Então, combinamos que a Comissão de Constituição e Justiça faria um ofício à Mesa Diretora expondo essa situação, a qual considero escandalosa. Não podemos continuar como estamos. Não há projetos do Governo nas comissões. Dificilmente encontramos um. Você garimpa e não encontra. Isso é ruim para a Casa.

Amanhã ou depois, não poderemos reclamar que estamos sendo desprestigiados. A Casa está dando causa para isso.

Mostrei uma relação de "n" projetos, todos do Governo. Nenhum nas comissões. Recebo convites, aqui ou ali, para discutir na sala do PMDB ou em outra comissão, projetos do Governo. O fórum não é esse; o fórum são as comissões. Pode-se tirar uma dúvida aqui ou ali, mas depois de passar pelas comissões. Em caso de emergência, de calamidade pública, "apeamos" dessa nossa atribuição e votamos aqui, sim. Em uma emergência, podemos votar. Contudo, a Casa não pode aceitar isso; eu não aceito.

Vim para esta Casa, assim como todos os Parlamentares, para representar o povo e trabalhar da forma como manda a Lei Orgânica do Distrito Federal e o Regimento Interno da Câmara Legislativa, que estão sendo desrespeitados. Mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	15

uma vez, deixo aqui este protesto. A Casa não pode continuar dessa forma de jeito nenhum.

Muito obrigado.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra, mas resolvi não fazê-lo em consideração à Deputada Eurides Brito, pois se tratava exatamente de um parecer a um projeto de lei pela Comissão de Constituição e Justiça. Então, não vou mais protocolar.

Eu gostaria apenas de agradecer a vinda dos empresários que eram beneficiados pelo TARE e perderam esse benefício, de que estão precisando. São cinco mil empregos no Distrito Federal. Em função da perda do benefício, pessoas estão querendo até sair da nossa cidade. Eu queria cumprimentá-los por estarem aqui, reforçando esse projeto que iremos votar hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência faz um apelo aos Deputados que queiram falar, no sentido de que sejam breves.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero somente citar o exemplo da Deputada Jaqueline RORIZ e agradecê-la pela compreensão, porque a Comissão de Constituição e Justiça está exatamente em uma campanha para evitar, o máximo possível, que se apresentem, na tribuna, projetos que não tenham tramitado na comissão. Ao mesmo tempo, colocamo-nos à disposição dos colegas que tenham urgência em algum tipo de projeto. Não há nada de mais em pedir ao relator que antecipe na sua lista aquele relatório.

Deputada Jaqueline RORIZ, podemos incluir na pauta da próxima reunião o seu projeto. Que o seu exemplo sirva.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para agilizarmos a votação do projeto de interesse dos empresários, vou abrir mão da minha fala. Espero que possamos colocá-lo, inclusive, como primeiro item da pauta, já que é importante para as pessoas que se encontram na galeria.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começo minha fala dizendo que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, após analisar exaustivamente todo o projeto que diz respeito ao TARE, elaborou e negociou algumas emendas com a Bancada do Governo, que foram acatadas. Sem nenhuma dúvida, votaremos favoravelmente ao projeto que traz cada um e cada uma de vocês a esta Casa.

O argumento de que isso estimula a guerra fiscal é absolutamente inócuo, porque a guerra fiscal é uma realidade no País. Que se elimine a guerra fiscal por meio de uma reforma tributária séria, que envolva todas as unidades da Federação. Enquanto temos aqui a preocupação com a guerra fiscal, empresários saem do Distrito Federal exatamente porque há uma disputa e uma guerra fiscal. Portanto, seremos favoráveis ao projeto do TARE, ainda que tenhamos que considerar que é necessária uma reflexão, pois pesquisamos e chegamos à conclusão de que 35% das empresas são descadastradas do TARE e que, além disso, o tempo médio que uma empresa fica nesse sistema é de dois anos e meio.

É preciso analisar quais elementos estão fazendo com que esse sistema de tributação, teoricamente um sistema que possibilita agilidade na arrecadação, não tenha contemplado o conjunto das empresas que aderiram a ele durante um longo período de tempo.

É preciso, portanto, procedermos a essa discussão. Porém, independentemente disso, votaremos, sim, sem dúvida alguma, favoravelmente ao projeto.

Venho a esta tribuna também para discutir algumas questões. A primeira delas é o PDOT, que apresenta áreas para adensamento urbano quatro vezes superior à demanda de habitação estabelecida pelo Governo do Distrito Federal. Se as áreas — inclusive áreas de proteção de manancial que estão sendo riscadas da nossa cidade — serão transformadas em áreas habitacionais e correspondem a quatro vezes o atendimento da demanda reprimida por habitação, vamos supor que o PDOT segue a lógica de estimular a especulação imobiliária aqui no Distrito Federal.

Já foi aprovado nesta Casa, inclusive com o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o PDL do Guará, que previa um setor de habitação popular. Esse setor até hoje não se efetivou. Já se passaram quase três anos de aprovação do PDL do Guará e a habitação popular não foi efetivada. Não se trata



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	17

apenas de designar áreas para que tenhamos a habitação popular. É preciso que o Governo considere que essa é uma população de baixa renda e que a demanda reprimida por habitação no Brasil envolve quase 80% de quem ganha em torno de três a cinco salários mínimos. É preciso que se tenham instrumentos a fim de que essa população possa ter direito à cidadania, a um endereço e à casa própria.

Achamos que o PDOT, ao não vir baseado em estudos técnicos como prevê o próprio Estatuto da Cidade, ao não colher a opinião do conjunto da população para a construção de um pacto social, vai acabar se vergando a interesses que não os estabelecidos no Estatuto da Cidade nem os Interesses do conjunto da população do Distrito Federal.

Eu diria que o meio ambiente é um direito humano considerado de quarta geração. É um direito humano. Não podemos eliminar as nossas nascentes, colocar em risco o nosso abastecimento de água, até porque o Plano Diretor de Águas do Distrito Federal não está em consonância com a proposta do PDOT encaminhada pelo Poder Executivo.

Cabe a nós, apenas, fazer com que essa proposta retorne ao Executivo, para que ele promova as audiências públicas e os estudos necessários, a fim de fazermos um processo de revisão do Plano Diretor pautado na própria lei.

Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto para dizer que algo tem nos inquietado de forma contundente. V.Exa., que faz parte da Frente em Defesa da Pessoa com Deficiência, sabe que temos algumas leis que asseguram o livre transporte e o passe livre às pessoas com deficiência. Essa é a conquista de uma população vulnerabilizada, uma população, via de regra, excluída não só pela falta de acessibilidade arquitetônica, mas também pela falta de acessibilidade estabelecida pelo preconceito.

Hoje, Sr. Presidente, com o sistema fácil de bilhetagem eletrônica, está-se limitando o número de passagens que essas pessoas podem usar durante o dia. Eu diria que já chegamos a ter por volta de oitenta mil beneficiários, por deficiência, do passe livre. Com o novo cadastramento, temos apenas quarenta mil pessoas.

O Estado, ao conceder o passe livre, considera a situação de vulnerabilidade e estabelece o seu reconhecimento, tentando fazer com que haja uma ação afirmativa.

A empresa Fácil, responsável pela bilhetagem, é dos empresários que se negam a negociar com a categoria rodoviária e que tentam chantagear o atendimento das reivindicações dos rodoviários com o aumento da passagem, o que é inadmissível para as trabalhadoras e trabalhadores rodoviários, que têm o nosso apoio e que decidem, no domingo, os próximos passos da luta.

Esses empresários são donos da empresa de bilhetagem eletrônica e têm feito com que por volta de cem pessoas ou mais tenham de ir, todos os dias, até a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	18

empresa para desbloquear o cartão de bilhetagem eletrônica, porque, ao utilizarem determinadas passagens, o cartão é bloqueado, e as pessoas ou descem do ônibus ou são obrigadas a pagar a passagem que é assegurada por lei.

Sr. Presidente, esta Casa precisa se posicionar sobre isso, porque as leis construídas não falam em limite de passagem ou em limite de viagens para as pessoas com deficiência.

A bilhetagem eletrônica é dirigida pelo presidente do Sindicato das Empresas Rodoviárias, que tem limitado as passagens. Há uma "revitimização" dessas pessoas, que já são vítimas da falta de acessibilidade e ainda, muitas vezes, têm de descer do ônibus porque não têm dinheiro para pagar a passagem, sendo que existem, pelo menos, três leis que asseguram a elas o passe livre.

Então, esta Casa não pode, por omissão, coadunar com esse tipo de postura que verga o direito em função do lucro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento a todos da galeria que estão com o objetivo claro, na perspectiva da manutenção do emprego no Distrito Federal, na perspectiva de não terem de mudar as suas empresas para outro estado, e acima de tudo, na perspectiva de terem o direito já concedido em muitos estados.

A última decisão, sem dúvida, trouxe um prejuízo real e esta Casa não pode se furtar a aprovar, no dia de hoje, a solução imediata desse problema.

Sr. Presidente, hoje participamos da sessão solene, na cidade de Taguatinga, em comemoração aos 50 anos daquela cidade. Esta Casa Legislativa pôde fazer uma homenagem que a cidade merecia, com a presença maciça de vários Parlamentares: Eurides Brito, Milton Barbosa, Luzia de Paula, Leonardo Prudente, Cristiano Araújo, Bispo Renato; do Senador Ademir Santana; do Deputado e Secretário de Trabalho, Rodovalho. Muitos que não puderam comparecer àquela sessão mandaram os seus representantes.

O Deputado Benedito Domingos, do meu partido, o Partido Progressista, vem demonstrando que sabe governar e trabalhar. E, possivelmente, ainda no dia de hoje, entregará para a cidade um dos grandes marcos de Taguatinga: o relógio central totalmente reformado.

Há também a perspectiva, neste ano, da construção do novo centro administrativo do Distrito Federal, que será feito por meio de um PPP e que gerará muitos empregos para as cidades de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e outras cidades vizinhas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	19

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Parabéns, Taguatinga!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 566, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a criação do *disque-pichação*, linha telefônica destinada a receber denúncias de pichação em logradouros e prédios públicos e/ou estabelecimentos particulares, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula para declaração de voto.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V.Exa. e agradeço também aos nobres Pares por aprovarem esse projeto que é de suma importância para a nossa sociedade. Hoje, temos sérios problemas com relação à pichação, com relação à formação dos nossos adolescentes.

Agradeço, neste momento, de coração, a todos os Pares e peço para que estejamos juntos nesta luta em prol da educação dos nossos jovens e do nosso povo. Dessa forma, os nossos adolescentes se encaminham para um projeto maior de arte e não de pichação; para um projeto que mostrará a grandeza de cada artista e para que nós não vejamos, mais uma vez, jovens sendo ceifados justamente porque não tiveram a oportunidade de serem alertados e educados a não sujarem o que é particular para expressarem o sentimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua compreensão e pelo seu voto.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	20

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 566, de 2007, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a criação do *disque-pichação*, linha telefônica destinada a receber denúncias de pichação em logradouros e prédios públicos e/ou estabelecimentos particulares, no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 282, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "determina data limite para envio à União das propostas que tratam do realinhamento das remunerações previstas na Lei Federal nº. 10.486/2002 (remuneração dos militares do Distrito Federal)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	21

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 282, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "determina data limite para envio à União das propostas que tratam do realinhamento das remunerações previstas na Lei Federal nº. 10.486/2002 (remuneração dos militares do Distrito Federal)".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 748, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de *telemarketing*, denominado *Não me importune*, e dá outras providências".

Relatores: Deputada Luzia de Paula - CDC
Deputada Eurides Brito - CCJ.

Sollicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a subemenda de segundo turno.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor à Subemenda Aditiva nº 1, de 2008, de segundo turno, de autoria do Deputado Dr. Charles e outros, ao Projeto de Lei nº 748, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de *telemarketing*, denominado *Não me importune*, e dá outras providências".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, somos pela aprovação da subemenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Defesa do Consumidor. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	22

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Subemenda Aditiva nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 748, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de *telemarketing*, denominado *Não me importune*, e dá outras providências”.

A Comissão de Constituição e Justiça analisa a Subemenda Aditiva nº 1 de segundo turno, de autoria do Deputado Dr. Charles e outros, apresentada ao Projeto de Lei nº 748, de 2008.

Essa subemenda foi apresentada em tempo hábil e sua redação atende aos requisitos. Nada encontramos que possa impedir a sua aprovação.

Somos pela admissibilidade da subemenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 748, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 748, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "cria o cadastro para bloqueio do recebimento de ligações de *telemarketing*, denominado *Não me Importune*, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto val à sanção.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer aos Parlamentares a sensibilidade em relação ao projeto.

Aguardamos, agora, a sanção do Governo. Esperamos contar com esse ato do Governo do Distrito Federal.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se for possível, solicito inversão de pauta para inclusão do Item nº 19, de minha autoria, que ainda se encontra em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o seu pedido.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 747, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "institui a Política de Prevenção e Combate às Doenças Associadas à Exposição Solar no Trabalho".

Relatores: Deputado Cristiano Araújo - CES

Deputado - CAS

Deputado - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	24

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 747, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "Institui a Política de Prevenção e Combate às Doenças Associadas à Exposição Solar no Trabalho".

No âmbito desta Comissão, não foi encontrado nenhum óbice. Portanto, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solcito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 747, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "Institui a Política de Prevenção e Combate às Doenças Associadas à Exposição Solar no Trabalho".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solcito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 747, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que “institui a Política de Prevenção e Combate às Doenças Associadas à Exposição Solar no Trabalho”.

O projeto, conforme ementa, estabelece que no âmbito do Distrito Federal seja implantada uma política de preservação e combate às doenças associadas à exposição solar no trabalho.

O art. 2º trata de políticas – que sugestões deveriam ser acatadas por essas políticas. Não é um projeto, nem cria um setor.

O resultado da falta de políticas públicas é o câncer de pele, cujo índice vem aumentando consideravelmente, não só no Brasil, mas no mundo inteiro por falta de cuidados preventivos.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 747, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	26

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como foi colocado um projeto de cada Parlamentar na pauta para votação, solicito que projeto de minha autoria também seja inserido na pauta da próxima terça-feira para votação. Se os Deputados quiserem votar contrariamente, é um direito deles. Só peço que meu projeto seja colocado na pauta para votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 793, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que "cria o Programa de Captação de Água da Chuva e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CDESCTMAT

Deputado - CCJ.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 793, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que "cria o Programa de Captação de Água da Chuva e dá outras providências".

Este projeto de lei propõe as condições que deveriam ser observadas para captação, armazenamento e utilização das águas fluviais pelas edificações urbanas. Trata-se da concessão do *habite-se* e o que caberia ao Poder Executivo fazer para estimular e apoiar diretamente, ou por meio de parcerias, as ações elencadas.

A água coletada deve ser utilizada em atividades que dispensem o uso de água tratada, ou seja, da água potável, o que valoriza o projeto apresentado, já que a perspectiva de falta de água é grave em todo o planeta. Assim, todas as medidas que surgirem para minimizar o problema resultante do gasto exagerado das reservas de água devem ser bem recebidas.

Portanto, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, encaminhamos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	27

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 793, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que “cria o Programa de Captação de Água da Chuva e dá outras providências”.

Analisei o Projeto de Lei nº 793, de 2008, quanto ao mérito, na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. Agora, na Comissão de Constituição e Justiça, trato este projeto sob o ponto de vista da juridicidade.

O projeto atende às competências da Comissão de Constituição e Justiça quanto aos aspectos jurídicos e técnicos. Assim, nós o encaminhamos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Parlamentares.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 793, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	28

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "institui a criação da comissão de manutenção preventiva na Secretaria de Estado de Educação como instrumento de preservação das estruturas físicas nas unidades escolares do Distrito Federal".

Relatores: Deputado Cristiano Araújo - CES
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Educação e Saúde.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2007, de autoria do Deputado Raad Massouh, que "Institui a criação da comissão de manutenção preventiva na Secretaria de Estado de Educação como instrumento de preservação das estruturas físicas nas unidades escolares do Distrito Federal".

A criação de uma comissão de manutenção preventiva na Secretaria de Educação não implica recursos adicionais nem criação de cargos, razão por que não vemos nenhum óbice para a aprovação do projeto.

Assim sendo, somos por sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	29

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLÊNÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 19/07
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): Raad Massouh Executivo
 Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	-			X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	-			X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	-			X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	-			X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RONEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	-			X	
	TOTAL	---	19			05	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM _____/_____/2008

SECRETÁRIO DEP. [Assinatura]
 CONSOLIDADO POR 1387
 ASSINATURA [Assinatura] MAT. _____
 ASSP/PLC Nº 19/07
 FOLHA Nº 119



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero saudar e cumprimentar o Deputado Rôney Nemer, que amanhã tomará posse como Secretário de Estado, Chefe da Agência de Fiscalização. Certamente, o Deputado Rôney Nemer fará muita falta porque S.Exa. tem contribuído sistematicamente não só com os projetos do Governo, mas também com todos os Parlamentares desta Casa.

Sr. Presidente, em homenagem ao Deputado Rôney Nemer, que nos deixa a partir da próxima semana, solicito a V.Exa. que coloque como extrapauta três projetos de autoria do Deputado Rôney Nemer: o PL nº 306, de 2007; o PL nº 347, de 2007 e o PL nº 853, de 2008. O primeiro projeto reconhece a encenação da Paixão de Cristo em São Sebastião; o segundo projeto inclui o dia 15 de outubro como o Dia do Mineiro; o terceiro projeto inclui a encenação da Paixão de Cristo, Via-Sacra, em Santa Marla Sul.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria da Mesa que os projetos sejam preparados para que possam ser apreciados na tarde de hoje.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na tarde de hoje, temos a apreciação dos projetos em 2º turno que já foram acordados com a Oposição. São os Itens nºs 2, 3 e 4. As emendas a esses projetos já foram acatadas em 1º turno e não há mais nenhuma discussão sobre esses projetos. Mas antes que esses projetos sejam apreciados, solicito a V.Exa. que votemos os Itens nºs 8 e 9. O Item nº 8 trata do regime especial e com a sua aprovação iremos contemplar os nossos amigos que estão aguardando há muito tempo na galeria. Esse projeto já está pronto para ser apreciado. E, logo após, solicito que votemos o Projeto de Lei nº 839, que é o Pró-DF. Faço esta solicitação em homenagem ao nosso Vice-Governador, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Paulo Octávio, que se encontra no plenário desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	31

Eu gostaria de fazer uma saudação especial ao nobre Presidente do nosso Partido, o Democratas, Vice-Governador Paulo Octávio, que nos honra com a sua presença hoje nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Qual o número do primeiro item que V.Exa. solicitou?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – O item nº 8. Informo a essa Presidência que já há acordo para o item nº 7. Portanto, nesta tarde, as prioridades da Liderança de Governo são os itens nºs 7, 8, 9; em 2º turno, os itens nºs 2, 3 e 4.

Naturalmente, os outros itens são importantes, mas solicito essa inversão de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. quer a apreciação do item nº 8 neste momento?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Exatamente, Sr. Presidente, que trata do ICMS dos atacadistas, atendendo aos nossos ilustres visitantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Deputada Eurides Brito, elegantemente, sugeriu que eu reapresentasse o meu Projeto de Lei, de nº 525/2007, que "reconhece e disciplina a profissão do Bombeiro Civil no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências", para receber parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Já que ela abriu um precedente, ela disse que abriria mão do meu também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência indaga se é para retirar o item que está na pauta e substituir por esse que V.Exa. acaba de nos informar.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Exatamente, Sr. Presidente, uma vez que ele ainda não obteve o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., incluindo-o como item extrapauta. No momento oportuno, colocarei em discussão. Peço aos Deputados que permaneçam em plenário para aprovarmos o restante dos projetos dos Deputados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Democratas estão em festa com a presença do nosso Vice-Governador.

Quero aproveitar, Sr. Vice-Governador, e dizer que o Deputado Rôney Nemer assume amanhã uma pasta que, ao meu sentir, é fundamental nas relações entre o governo e os cidadãos.

O que está ocorrendo de algum tempo para cá? O Governo tem adotado procedimentos – e estou falando nos procedimentos para retirar, recolocar ou colocar um ordenamento, principalmente nas regiões que não tiveram planejamento, que foram ocupadas de forma irregular – que são sobremaneira abruptos! Vêm de sobressalto. Aproveito a presença de V.Exa. nesta Casa para dizer isso, e já tenho dito.

São dirigidos aos cidadãos mais carentes, aqueles completamente desvalidos. Eles estão sendo retirados de suas casas com seus filhos, seus fogões, seus sofás... num prazo muito exíguo. Em seguida, faz-se a remoção, melhor dizendo, passa-se o trator!

A nossa esperança, Senador Paulo Octávio, Vice-Governador do Distrito Federal, é que o Deputado Rôney Nemer – e S.Exa. nos prometeu aqui à boca pequena – tenha paciência na execução desses atos. Esses atos, executados da forma como estão sendo, têm desgastado o Governo e nós, Parlamentares, que somos chamados lá, não para apolar a situação irregular em que se encontram. Esperamos que a eles seja dado um tratamento digno!

No sábado, ocorreu um problema como esse no Condomínio Sol Nascente. Eu estava com o Secretário Márcio Machado, que ligou para o Governador e, imediatamente, foi dada uma ordem de revisão!

É preciso que seja dado um prazo dentro da lei! Não é chegar ao local, apresentar uma notificação e depois de amanhã o cidadão ter que sair! É preciso ter um pouco de paciência. Ele vai sair, sim, porque tem que sair! Mas vamos dar um tratamento mais digno.

Tenho certeza de que o Deputado Rôney Nemer ajudará muito o Governo do Distrito Federal, preservando o respeito e a dignidade das pessoas, principalmente das crianças.

Sr. Vice-Governador, desculpe-me se V.Exa. entender minhas palavras como um desabafo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 8:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	33

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 833, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Paulo Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 833, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências".

Sr. Presidente, durante a tramitação, o projeto foi discutido plenamente por todos os Parlamentares desta Casa. Foram apresentadas sete emendas e, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 833, de 2008, com o acatamento das emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de justificar a ausência do Deputado Alírio Neto, pois S.Exa. teve de se dirigir a uma consulta e pediu que eu transmitisse o aviso neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado pela justificativa de V.Exa. à ausência do Deputado Alírio Neto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	34

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Paulo Roriz emitiu o parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, aprovado inclusive pela Bancada do Partido dos Trabalhadores. Eu gostaria de solicitar que a relatoria da Comissão de Constituição e Justiça, no momento de proferir o parecer, lesse as emendas para que os demais Parlamentares tivessem ciência do assunto e soubessem o que estão votando.

O Partido dos Trabalhadores apresentou emendas com o interesse de aprimorar o projeto, e elas foram discutidas com a Liderança do Governo após amplo debate com membros da Secretaria de Fazenda e Planejamento na manhã de ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cabo Patrício, o parecer fica a cargo do relator. O assunto já é de conhecimento de todos os Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 833, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

Esse assunto já foi bastante comentado nesta Casa, principalmente nas sessões desta semana, até porque estamos contando com a presença de um grande número de Interessados no projeto, que é da maior relevância. O conteúdo está sendo aprimorado por emendas apresentadas.

A Emenda Aditiva de Plenário nº 01, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, acrescenta o seguinte inciso VI ao art. 2º do projeto de lei: impede que seja beneficiado “inadimplente com as suas obrigações e encargos referentes ao INSS e FGTS”. A presente emenda objetiva, portanto, que o contribuinte, para ser beneficiado do regime, esteja adimplente com essas contribuições.

A Emenda Modificativa de Plenário nº 02, do Partido dos Trabalhadores, dá a seguinte redação ao § 2º do art. 4º do projeto de lei em epígrafe: “Os efeitos da exclusão, de ofício, a que se refere o *caput* deste artigo, retroagirão à data do fato que ensejou a exclusão, nos termos do regulamento”. Isso para assegurar de ofício que se opere à data do fato que ensejou a exclusão, para inibir o descumprimento das condições estabelecidas no ato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	35

Vê-se que as emendas apresentadas até aqui têm o objetivo de dar o benefício, mas àqueles que têm agido corretamente com suas contribuições.

A Emenda Modificativa de Plenário nº 03, do Partido dos Trabalhadores, dá a seguinte redação ao § 3º do art. 4º do projeto de lei em epígrafe: "O contribuinte excluído do regime de que trata esta lei fica: impedido de retornar ao regime pelo período de cinco anos, quando a exclusão for determinada pela hipótese prevista no inciso II do § 1º deste artigo; permitido retornar ao regime, após transcorrido o prazo de seis meses, contado da publicação da decisão irreformável que determinou sua exclusão, nas demais hipóteses de que trata o § 1º deste artigo; permitido retornar ao regime, a qualquer tempo, desde que a exclusão tenha sido a pedido do contribuinte." A emenda é também para proteger os que têm cumprido com suas obrigações fiscais contra aqueles que não têm cumprido com tais obrigações.

A Emenda Aditiva nº 04 inclui um § 7º ao art. 4º com a seguinte redação: "Na hipótese de descumprimento de obrigações acessórias que resulte na falta ou redução do recolhimento do imposto devido, por mais de duas vezes, o contribuinte será excluído do regime de que trata esta lei, nos termos que dispuser o regulamento".

E, finalmente, de vários Deputados, a Emenda Supressiva de Plenário nº 05, que suprime o § 2º, com seus Incisos e alíneas, do art. 3º do projeto de lei em epígrafe. A presente emenda objetiva dar maior consistência ao referido projeto, especialmente quanto ao disposto no art. 3º que ao restringir o alcance do regime não é recomendável que no mesmo diploma legal delegue-se ao Executivo o poder de ampliá-lo.

Outra Emenda Modificativa de Plenário, assinada por vários Deputados, dá a seguinte redação ao art. 5º do projeto de lei em epígrafe: "Aplica-se o disposto nesta lei ao regime previsto na Lei nº 3.168, de 11 de julho, de 2003". A presente emenda decorre da supressão do § 2º, seus incisos e alíneas, do art. 3º, que já foi feito aqui por meio de emenda, havendo, portanto, a necessidade de excluir-se a Lei nº 3.873 para não haver realmente conflito.

A Emenda Modificativa de Plenário nº 07 dá a seguinte redação ao § 1º do art. 1º do projeto de lei em epígrafe: "Para o regime de apuração de que trata o *caput*, ato do Poder Executivo que entrará em vigor na data de sua publicação e, após, homologado pelo Poder Legislativo, estabelecerá:". E aí continua a redação como realmente já estava.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as emendas resultaram de acordo de Lideranças, aprovadas por vários Deputados. A da Bancada do Partido dos Trabalhadores foi acordada em discussão da qual participou o Líder do Governo.

Não havendo nenhuma transgressão no que diz respeito à juridicidade ou à técnica legislativa, encaminhamos pela aprovação do projeto com as emendas aqui discutidas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	36

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 833, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para discutir.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou votar favoravelmente a esse projeto porque considero que não só o contribuinte pessoa física, mas também o contribuinte pessoa jurídica já paga uma carga tributária elevada demais neste País e nesta cidade.

Neste País, a carga tributária beira os 40%, e devolvem-se serviços públicos de péssima qualidade à população. Nesta cidade, eu votei contra, no ano passado, o aumento do IPTU, feito em 16,58%, mais de três vezes a inflação do período, que foi de 5,15%, o INPC do período, e votei contra também o aumento do IPVA.

Eu penso que a carga tributária deveria diminuir! Um Governo que corta gastos deveria ensinar, até didaticamente para a população, que, quando o faz, está reduzindo o que a população vai pagar de impostos, está aliviando no bolso do contribuinte. O Governo poderia fazer isso reduzindo os impostos que cobra da população.

O empresariado do Distrito Federal já paga impostos muito altos, e eu sou radicalmente favorável a esse projeto. Aliás, vou mais além: em minha opinião, a alíquota ainda deveria ser muito menor. Deveria não só voltar ao patamar anterior, como também ser reduzida ainda mais! E esse novo valor deveria servir de teto: se a arrecadação aumentar nesses setores, deveria ainda haver uma alíquota regressiva, decrescente, e reduzir-se ainda mais.

Então, eu vou votar favoravelmente a esse projeto, até porque a carga tributária hoje já é pesada demais. Não se pode ver empresário como se fosse bandido! Empresário gera emprego e renda, movimenta a economia e é importante para ela. Principalmente o formal. Porque o informal não faz nada disso: lesa o contribuinte, sonega impostos, e cabe ao Governo ir atrás do informal.

Com relação ao projeto que nós vamos apreciar a seguir, que aumenta o prazo do Pró-DF, esse eu vou votar contra. Provavelmente serel o único aqui, mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	37

vou votar contra. E o farei por uma questão muito simples: sei que isso vai pegar empresários corretos, sérios e responsáveis.

E também existe assim, digamos, muita suspeita sobre alguns lotes do Pró-DF que foram dados. E eu não vou dar meu voto, nesta Casa, para aumentar o prazo disso enquanto essas suspeitas, digamos assim, não forem dirimidas, e isso não for colocado de forma clara para a população.

Então, votarei contra o projeto do Pró-DF, mas favoravelmente a esse projeto do ICMS. E eu penso que esta Câmara deveria, junto ao Governo do Distrito Federal – está aqui hoje o Vice-Governador -, lutar por uma redução gradual da carga tributária no DF. Reduzir o nível de impostos pagos pelas pessoas físicas e jurídicas do Distrito Federal.

Isso vai gerar mais empregos, porque quando as pessoas pagam menos impostos, geram-se mais empregos. Vai possibilitar contratar mais gente e inclusive, em alguns casos, até vai aumentar a arrecadação! Porque quando se diminui a alíquota, em alguns setores, não em todos, aumenta-se a base e propicia-se mais arrecadação.

Eu espero que esta Casa tenha a responsabilidade de tentar discutir um projeto que reduza a carga tributária no DF, porque ela hoje é muito pesada. Principalmente para os serviços públicos que são devolvidos à população.

Empresário não tem de sentir um governo só como um fiscal à sua porta, para ver se ele está sonhando ou não. Empresário tem de sentir um governo devolvendo serviços públicos de qualidade para ele também, nas áreas de Saúde, Educação, Segurança...

A população não tem de sentir um governo só na hora de pagar imposto. Tem de sentir também quando vê serviços públicos, que deveriam ser de qualidade.

Por último, eu quero apenas fazer uma reflexão: para que servem os impostos que nós pagamos? O Estado hoje é muito grande. Ele tem de reduzir seu tamanho e ser mais efetivo, se concentrar nas áreas-fim, sair das áreas-meio. O Estado hoje gasta muito com as áreas-meio e pouco com as áreas-fim. E concentrar seus recursos em Educação, Saúde e Segurança Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício para discutir.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favoravelmente ao projeto do ICMS em função de ter apresentado quatro emendas para aperfeiçoar e melhorar essa matéria. Isso em decorrência de as assessorias parlamentares de diversos Deputados desta Casa, da Liderança do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	38

Governo e da Liderança do PT, terem feito uma ampla discussão – inclusive, ontem, às 10 horas da manhã – com o Secretário de Fazenda, com membros da Secretaria, para que chegássemos a esse acordo, a esse entendimento. Visando o quê? Que o empresário e o contribuinte do Distrito Federal possam contribuir, mas que o Estado possa ter um controle efetivo quanto a esse imposto arrecadado no DF.

As quatro emendas do Partido dos Trabalhadores são: Emenda nº 1, que visa e objetiva assegurar que o contribuinte, para ser beneficiado do regime de que trata a proposição, esteja adimplente com as obrigações e encargos referentes ao INSS e ao FGTS, para resguardar os efeitos dos direitos dos trabalhadores; Emenda nº 2, que objetiva assegurar que a exclusão de ofício opere-se à data do fato que ensejou, para inibir o descumprimento das condições estabelecidas no ato que concedeu o regime especial de apuração do imposto devido; Emenda nº 3, que objetiva vedar o retorno do contribuinte que tenha praticado sonegação, dolo ou fraude no cumprimento das normas previstas nesse regime especial, bem como estabelecer prazo tipo "quarentena" para o contribuinte que tenha praticado atos mais leves de descumprimento das condições do regime ora estabelecido; Emenda nº 4, que objetiva excluir do regime especial o contribuinte que descumprir as obrigações acessórias, que resulte na falta ou redução do recolhimento do imposto devido por mais de duas vezes, como forma de estabelecer esse sistema tributário.

Essas emendas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com as demais que foram apresentadas em conjunto, de autoria de vários Parlamentares, visam não só beneficiar os empresários, mas ainda gerar empregos. Com essas medidas, os empresários do Distrito Federal, que vão ser beneficiados, poderão gerar em torno de trinta mil empregos.

No mês passado, no último trimestre, houve redução na geração de empregos no DF, na contramão das outras unidades da Federação, do País, que têm crescido e gerado empregos para a mão-de-obra do Distrito Federal.

Então, esta Casa analisou, aperfeiçoou e melhorou esse projeto para que o contribuinte, o empresário do DF, pequeno e microempresário, possam ter incentivos e principalmente gerar empregos para o contribuinte, para o cidadão do Distrito Federal. E que possa permanecer com suas portas abertas!

Nós não podemos permitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a carga tributária seja muito onerosa e pesada para o contribuinte do DF. Por isso, esta Casa está hoje aperfeiçoando e aprovando esse projeto, com toda certeza, com a adesão de todos os Parlamentares que aqui estão.

O Deputado Leonardo Prudente fez um excelente trabalho junto à assessoria parlamentar do Partido dos Trabalhadores para que chegássemos a um consenso, a um entendimento, e houvesse acordo para a votação, hoje, em primeiro e segundo turnos, desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	39

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, sinto que esta Casa tomou uma decisão importante ao recriar o TARE, que foi suspenso e retorna neste momento. Isso representa, de acordo com os números de 2007, R\$ 375. 000.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões de reais) de arrecadação, 10% ou um pouco mais do ICMS recolhido aqui no Distrito Federal.

Os atacadistas geram trinta mil empregos. Nem todos aderiram ao TARE, pois alguns descontam impostos na origem e não têm por que aderir ao TARE. Deste setor, tem-se uma arrecadação de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais); portanto, quase 18% da receita de ICMS aqui do Distrito Federal. Estou falando de um setor que contribui substancialmente para que tenhamos recursos necessários para investimento em políticas públicas, tão falidas e tão precárias aqui no Governo do Distrito Federal.

Penso também que, se esse sistema não for implantado aqui no Distrito Federal em função da dita guerra fiscal, pode haver a fuga desses atacadistas aqui do Distrito Federal. O prejuízo, portanto, é significativo não apenas do ponto de vista do volume de arrecadação, como também do ponto de vista da geração de emprego e, obviamente, conseqüentemente, do ponto de vista do desenvolvimento para o Distrito Federal.

Então, contem com o nosso apoio sem nenhuma dúvida. O que pretendemos nesse processo – e essa foi a discussão estabelecida – é assegurar que os direitos previdenciários, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sejam pagos regularmente para quem tem ou para quem aderir ao próprio TARE e também impedir a sonegação. Estamos colocando que os sonegadores serão excluídos do sistema. Digo isso porque sabemos que a maioria dos atacadistas, a imensa maioria não sonega imposto. Então, eles não podem ser penalizados por uma minoria residual. Estamos exigindo, por meio dessa emenda, que os sonegadores fiquem excluídos por um período até que possam se reabilitar e ter acesso ao TARE.

Acredito que esta Casa faz justiça ao setor atacadista do Distrito Federal com esse projeto. Com essa votação de hoje, esta Casa diz que o Distrito Federal precisa dos atacadistas. Resolvam a guerra fiscal, mas não será o Distrito Federal quem será penalizado. Essa condição está dada em quase todas as unidades da Federação. O Distrito Federal precisa do setor atacadista aqui para ter contribuidores efetivos para o desenvolvimento da nossa cidade.

É necessário que também tenhamos a iniciativa de aparelhar a Secretaria de Fazenda e a sua capacidade de fiscalização. É preciso que, para todos os impostos e todos os sistemas, nós tenhamos uma Secretaria de Fazenda que conte com um sistema de tecnologia de ponta que possa promover os cruzamentos necessários para que tenhamos uma fiscalização efetiva.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	40

Penso também que precisamos de mais auditores tributários. Precisamos de uma Secretaria de Fazenda que esteja à altura da imensa tarefa de fiscalizar e de fazer com que o Distrito Federal tenha a quantidade de recursos necessários para seu desenvolvimento.

Parabéns ao setor atacadista. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa, que hoje faz justiça e reconhece que vocês precisam estar no Distrito Federal, porque o Distrito Federal precisa de vocês.

(Assume a Presidência a Deputada Luzia de Paula.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores empresários aqui presentes, falo com muita convicção, pois conheço o ramo de trabalho de vocês muito bem. Nunca fui atacadista, mas já fui varejista e sei do volume de produtos que passa pelas mãos dos senhores e do volume de impostos que V.Exas. pagam. Estou chamando-os de V.Exas. porque são patrões dos nossos salários, patrões dos empregos gerados e patrões do progresso de Brasília. Sem vocês, não existiria progresso na cidade, não existiria comércio. Falo de carteirinha aqui.

A concorrência é muito acirrada. Nós Deputados desta Casa jamais poderíamos deixar de votar um projeto de tamanha envergadura e importância e de socorrê-los na hora em que vocês mais precisam, porque não podemos perder a receita e os empregos gerados por vocês. Não podemos deixar que vocês deixem o Distrito Federal para irem para outros Estados. Não podemos perder vocês para outros Estados. Vocês têm que permanecer no Distrito Federal, que é promissor. Com certeza, vocês consolidarão, cada vez mais, Brasília.

Parabenizo vocês. Desejo-lhes muito êxito, muito sucesso. No que depender da Câmara Legislativa, com certeza, vocês serão acolhidos.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
- PROJETO DE LEI Nº(S) 833/08
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
- RECURSO Nº (S) _____
- REQUERIMENTO Nº (S) _____
- OUTROS _____

 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

 Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	/				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM				X	
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	16		00	00	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL

EM

____/____/2008

SECRETÁRIO DEP. LUZIA DE PAULA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____ Nº ____/____

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	41

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que apreciemos o item nº 7. Há acordo quanto ao item nº 9, relativo ao PRÓ-DF, cuja elaboração da emenda está sendo concluída pelos técnicos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e avisa aos presentes na galeria, empresários e pessoas que trabalham no ramo de atacadistas que votaremos o projeto daqui a pouco em segundo turno, pois há acordo de bancada. Vocês poderão voltar às suas casas tranquilos, porque, no que depender da Câmara Legislativa, se Deus quiser, a questão será concluída.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 767, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e dá outras providências".

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CEOF

Deputada Eurides Brito - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 767, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pelo acatamento e aprovação do projeto apresentado na forma do seu substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	42

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 767, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e dá outras providências".

A mensagem nº 62, que chegou a esta Casa no dia 13 de março de 2008, por estar em tramitação há algum tempo, tem trazido consideráveis prejuízos à gestão pública do Distrito Federal, porque alguns projetos estão deixando de ser desenvolvidos.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, sob o ponto de vista de urgência, já que este é um caso que se enquadra, realmente, nessas urgências, encaminhamos pela aprovação, de acordo com o substitutivo ao projeto de lei que foi apresentado com a assinatura de vários Deputados, entre os quais me incluo.

Portanto, nosso parecer é pela admissibilidade da matéria, nos termos do substitutivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 767, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votarei contrariamente a esse projeto por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	43

considerar que um governo não deve fazer dívidas e deixá-las para o próximo governo pagar.

Acho que, se um governo faz dívidas e ele mesmo as paga, não há problema. Um governo é eleito para solucionar os problemas da população e para governá-la nos quatro anos de mandato. Em minha opinião, é irresponsabilidade um governo fazer dívidas e deixar para que os próximos as paguem.

Considero que as metas aqui expostas são pífias. Entendo que a população merecia ter metas mais ousadas, que melhorassem efetivamente a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

O Governo vai pegar emprestado US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares), que hoje equivalem a R\$ 230.269.000,00 (duzentos e trinta milhões e duzentos e sessenta e nove mil reais), e vai pagar R\$ 302.463.561,83 (trezentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e três centavos).

Penso que o Governo tem de melhorar a Educação, a Saúde e a Segurança. No entanto, com minha responsabilidade nesta Casa, não posso autorizar o Governo a contratar um empréstimo e deixar para os próximos governos pagarem. Assim é muito fácil resolver problemas: é só contratar os empréstimos e deixar para os governos seguintes os pagarem! Achei que este País já tinha virado essa página.

Contrariamente a alguns membros do meu Partido, fui favorável à Lei de Responsabilidade Fiscal. Considero que esse foi um dos grandes avanços nos últimos tempos neste País. Político não pode inventar despesa sem dizer de onde sai a receita; governo não pode gastar mais do que arrecada; governo também não pode contrair dívidas e deixá-las para os próximos pagarem. Com esse projeto, estamos autorizando o Governo a contrair um empréstimo que não será pago por ele. Aliás, este Governo nem começará a pagar esse empréstimo! Os próximos governos é que começarão a pagá-lo. Eu não posso concordar com isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 voto contrário.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	44

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto não chega a emenda ao projeto relativo ao PRÓ-DF, solicito a V.Exa. que apreciemos o item nº 2 da pauta, que trata do segundo turno do Projeto de Lei nº 816, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirente de mercadorias de bem e tomadores de serviço”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatada a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. uma inversão de pauta para que sejam apreciados os itens nºs: 25, 26 e 27.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Paulo Roriz, os PDLs serão votados todos juntos, em acatamento à solicitação do Deputado Rôney Nemer.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	45

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 109, de 24/06/2008, juntamente com a ata sucinta da 48ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 816, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOP CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 816/08 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TÁDEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	19			05	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETARIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 05/06/2008

SECRETÁRIO DEP. Luiza de Paula

CONSOLIDADO POR _____

ASSINATURA

MAT. _____

ASSP/____ Nº ____/____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	46

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 816, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação do programa de concessão de crédito para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero esse projeto uma excelente idéia, pois fará o contribuinte pagar menos impostos e ter um desconto ao pagar o IPVA e o IPTU.

O que o contribuinte tem a fazer é apenas exigir as notas fiscais ao comprar qualquer mercadoria, aliás, já deveria ser obrigação dele fazer isso. Assim, ele poderá descontar um percentual desse valor ao realizar o pagamento do IPTU e do IPVA. A tudo o que vier para aliviar a carga tributária do contribuinte eu serei favorável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	47

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que votemos o item nº 3.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido de V.Exa.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 633, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008 e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 787, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008 e dá outras providências”.

Relator: Deputado Paulo Roriz - CEOF.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda de segundo turno.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda de Plenário de segundo turno ao Projeto de Lei nº 633, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008 e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 787, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008 e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos favoráveis à emenda apresentada.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 633, de 2007. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	48

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do Interstício reglimental para a Imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 633, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008 e dá outras providências", em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 787, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera o art. 29 da Lei nº 4.008, de 30 de agosto de 2007, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2008 e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que apreciemos o item nº 4. Trata-se de votação em segundo turno do crédito suplementar no valor de R\$ 1.345.732, 00 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais).

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato o pedido de V.Exa.

Item nº 4:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	49

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 786, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.345.732, 00 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais).

Relator: Deputado Rôney Nemer - CEOF.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 786, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.345.732, 00 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais).

O projeto recebeu duas emendas de segundo turno: a Emenda nº1 e a Emenda nº 2.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação e acatamento das referidas emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 786, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que vou votar contrário porque o Governo retira R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) das atividades-fim do HEMOCENTRO e destina esse dinheiro para publicidade e propaganda. O Governo também retira R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais) das atividades regulares do DER e destina esse dinheiro também para publicidade e propaganda. Por isso, votarei contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	50

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 786, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.345.732, 00 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais)".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no art. 78, inciso XXV, do Regimento Interno desta Casa, e considerando o acordo feito entre os membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, convoco uma reunião extraordinária desta Comissão para amanhã, às 14h30, no plenário desta Casa, para tratar exclusivamente do parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 856, de 2008, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2009". Trata-se da LDO de 2009.

Aproveito a oportunidade para convidar a todos para participarem da audiência pública sobre a LDO com o nosso excelente Secretário Ricardo Penna, que se realizará amanhã às 15h no plenário desta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	51

Muito obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. já pode chamar o Item nº 9, que trata do Pró-DF, pois a emenda já está protocolada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 9:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 839, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Batista das Cooperativas - CDESCTMAT
Deputado - CEOF
Deputada Eurides Brito - CCJ.

Solicito ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Batista das Cooperativas, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, designo o Deputado Leonardo Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, após conversar com o Colégio de Líderes e com alguns Parlamentares, chegamos a um consenso e estamos retirando a Emenda Modificativa nº 4, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, alusiva ao Projeto de Lei nº 839, de 2008, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Retirada a Emenda Modificativa nº 4, solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre as demais emendas apresentadas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	52

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 839, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências”.

O parecer desta Comissão é pela admissibilidade do projeto, acatando a Emenda nº 1, de autoria de vários Deputados, e as Emendas nºs 2 e 3, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, uma vez que as referidas emendas aprimoram o texto do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, designo o Deputado Cristiano Araújo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 839, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências”.

Durante a tramitação foram apresentadas três emendas, que foram acatadas. A Emenda nº 4 foi retirada.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto de lei com o acatamento das Emendas nºs 1, 2 e 3, e a retirada da Emenda nº 4.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	53

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Parlamentares. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 839, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências”.

A lei em referência é a que instituiu o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal, o Pró-DF II. O projeto entrou nesta Casa em abril, em regime urgência, e só agora está sendo relatado.

Foram apresentadas, durante a tramitação do projeto, quatro emendas: Emenda Supressiva de Plenário nº 1, Emenda Aditiva de Plenário nº 2, Emenda Aditiva de Plenário nº 3 e Emenda Modificativa nº 4. A Emenda nº 1 é de autoria de vários Deputados, as Emendas nºs 2 e 3 são de autoria do Partido dos Trabalhadores – já acatadas na comissão de mérito – e a Emenda Modificativa nº 4 foi retirada pelo proponente, o Deputado Batista das Cooperativas.

O nosso parecer é pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Parlamentares.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 839, de 2008.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou duas emendas com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	54

o mesmo sentido. Se está sendo concedido um incentivo para que as empresas possam se instalar e funcionar, uma vez pago todo o financiamento, que essas empresas permaneçam por um período mínimo de cinco anos no Distrito Federal. Que haja um compromisso dessas empresas com o Distrito Federal. As empresas estão sendo beneficiadas com recursos do Estado e da população. Assim, que elas dêem o retorno por meio da permanência no Distrito Federal.

As novas regras estabelecidas alargam o prazo de financiamento a fim de adequá-lo às taxas de juros. Os juros têm caído, graças à política econômica do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que tem provocado juros mais civilizados neste País. Propusemos que esse alargamento beneficie as pessoas que faziam parte de programas anteriores com o mesmo objetivo. Que os empresários possam migrar para as novas condições estabelecidas. Obviamente, também com o compromisso de permanecerem no Distrito Federal, findo o financiamento, pelo prazo mínimo de cinco anos. Se a empresa decidir e optar por sair do Distrito Federal, terá que pagar a diferença do valor subsidiado com o valor real de mercado, para que possa, portanto, devolver aos cofres públicos o financiamento recebido.

Penso que, ainda que sejamos favoráveis à matéria – e votaremos a favor do projeto que está em discussão –, é preciso que repensemos o Pró-DF e, inclusive, o FUNDEF. Esta Casa já aprovou, em um passado recente, na sua Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma limitação de recursos para cada empresa, ou seja, este é um programa que deve ter como alvo e estímulo a média, a pequena e a microempresa. As grandes empresas – penso eu – não precisam do Pró-DF; a pequena, a média e a microempresa sim.

Já aprovamos nesta Casa – e acho que temos que repetir esse procedimento agora, na discussão da LDO – que o limite máximo de recursos do FUNDEF para cada empresa se limite a 2%. Temos que pulverizar o FUNDEF. O Pró-DF é financiado com recursos desse Fundo. Nada hoje, na legislação, impede que uma grande empresa possa abarcar o conjunto desses recursos.

Programas de incentivo ao desenvolvimento econômico do DF também já estabeleceram percentuais que deveriam ser destinados à pequena e à média empresa. Precisamos transformar o FUNDEF num fundo que seja democratizado. Não podemos permitir que apenas uma grande empresa – e isso é possível hoje – possa abocanhar a grande maioria dos recursos do próprio Fundo.

Por isso, a discussão do Pró-DF que fazemos hoje, com ponto específico de alargar o prazo de financiamento para que o percentual transformado em CDB, que hoje tem uma correção pela SELIC, diminua, em função da diminuição da SELIC, possa entrar numa linha de chegada ao término do financiamento e, realmente, amortize o próprio financiamento.

Esta discussão não pode se encerrar aqui hoje. É preciso haver um planejamento no desenvolvimento econômico do Distrito Federal. É preciso que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	55

saibamos o que é importante para o Distrito Federal incentivar para promover o seu próprio desenvolvimento.

Há experiências na Europa sobre os *clusters*, em que são criados núcleos que têm sinergia, núcleos que trabalham em parceria nas suas próprias atividades econômicas. Temos que pensar nisso para o Distrito Federal. Não podemos ter um caráter absolutamente aleatório para as empresas que serão beneficiadas do ponto de vista da sua atividade econômica. Com isso, evitaremos que muitas empresas venham a falir.

Para encerrar, não sei qual é a política de desenvolvimento econômico do Distrito Federal, qual é a vocação econômica estabelecida por uma política pública. Se soubermos disso, teremos um instrumento absolutamente poderoso, que é o Banco de Brasília, para financiar o desenvolvimento do Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

São necessários dezesseis votos favoráveis para a aprovação do projeto.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 839/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LETTE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	17	01		06	

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM _____ / 2008

SECRETÁRIO DEF. Luzia de Paula

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT. 13821

ASSP/PL Nº 839/08

FOLHA Nº 192



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 06 2008	15h35min	48ª Sessão Ordinária	56

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há acordo com os Deputados e com a Oposição de apreciarmos, em segundo turno, os itens nºs 8 e 9, que passam a ser o PL nº 833, ICMS, e o PL nº 839, Pró-DF.

Dessa forma, solicito que esta sessão seja encerrada para que os referidos projetos sejam votados em segundo turno.

Sr. Presidente, solicito também que, na sessão extraordinária, V.Exa. contemple os projetos dos Deputados Rôney Nemer, Jaqueline Roriz e dos demais Deputados que estejam neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Esta Presidência vai encerrar a sessão, convocando sessão extraordinária para a votação dos dois projetos de lei do Governo – o PL nº 833 e o PL nº 839 –, do PL nº 525, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, assim como do projeto do Deputado Rôney Nemer.

Esta Presidência gostaria de informar que, de ofício, na forma do art. 154 do Regimento Interno, determina a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 2.156, de 2005, e 853, de 2008. A Presidência informa aos Srs. Deputados que também inclui os referidos projetos na Ordem do Dia da sessão extraordinária para votação.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h34.)